

## A nação e a noção de povo dos discursos de Getúlio Vargas (\*)

MARIA EMÍLIA AMARANTE TORRES LIMA

A particularidade dos discursos de Primeiro de Maio das duas épocas do governo do presidente Getúlio Vargas (1938-1944 e 1951-1954) se atém à *mise en scène* discursiva de um encontro do Estado com os trabalhadores; é na ocasião dessa encenação que Vargas vai construir discursivamente a noção de “povo” e a noção de “povo brasileiro” através do populismo. O que, entretanto, se encontra em definitivo implicado e construído quando Vargas emprega o termo ‘povo’ nos discursos de Primeiro de Maio? É a esta pergunta que nos propusemos responder ao longo do presente texto.

Na análise discursiva do termo “povo”, tentamos ouvir ao mesmo tempo o que é expressamente dito e o que não é dito, no interior do que é dito; tentar resolver as ambigüidades de um discurso seria apenas pretender tomar o lugar do sujeito do discurso - o que não nos parece ser a posição teórica da Análise do Discurso; esta posição não é nem a que ocupa o sujeito do discurso, nem a que ocupa o “receptor”, a quem os discursos são dirigidos, tomados em uma relação imaginária. Esta posição é dentro/fora, ela só pode reenviar ao que é dito (e no que não é dito), situando-nos nas relações de forças mobilizadoras. Procuramos “ouvir” as ambigüidades discursivas dos discursos de Primeiro de Maio dirigidos por Vargas aos trabalhadores.

Por outro lado, todo discurso é endereçado a “um outro”, qualquer que seja o status dessa alteridade. No caso desses discursos de Primeiro de Maio, “o outro” tomado na relação imaginária é constituído pelos “trabalhadores”; é a eles que Vargas pretende dirigir-se, embora tenha também escolhido responder no interior desses discursos a seus adversários, o que lhe permite, aliás, dirigir-lhes a palavra obliquamente, em um discurso já significativo.

Que os trabalhadores sejam ou não o que Vargas imagina, isto não tem importância; o que conta é construir uma relação imaginária que funcione para ele Vargas (e para os trabalhadores?), e que produza assim efeitos reais.

Antes que o dia 1º de Maio fosse transformado pelo Estado Populista em “dia de festa”, os dirigentes do movimento operário explicavam ao proletariado o verdadeiro significado deste dia, evocando a “Tragédia de Chicago” (as lutas pela jornada de 8 horas começaram em Chicago em 1884, terminando com a declaração da greve geral em 1º de Maio de 1886). Embora o sentido atribuído a esta data variasse segundo as diferentes orientações das organizações anarquistas dos anos 1900, todas elas tinham um ponto em comum: tratava-se de um dia de luta do trabalho contra o capital.

E, no entanto, em 1938 (justamente após a instalação do Estado Novo), Vargas se dirigiu pela primeira vez aos trabalhadores no dia 1º de Maio e transformou esse dia em “dia de comemoração da cooperação entre os empregadores e os empregados”, “dia de confraternização”, “dia cheio de alegrias”... em suma, em lugar da cooperação das classes sociais com o Estado, em celebração oficial da cooperação do trabalho e do capital.

Vargas escolheu assim este dia, cujo valor simbólico era decisivo para o movimento operário, para introduzir uma relação “nova” do Estado Novo com “os bons trabalhadores”, a quem ele apresentou suas leis, declarou “seu amor” e, ao mesmo tempo, se engajou na luta contra a miséria e os “elementos perigosos” da sociedade (de fato, contra uma parte dos próprios operários). Ele lhes ensinou o que é um governo, uma nação, uma revolução, a união, o sindicato, etc., e também disse como os trabalhadores deviam conduzir sua luta: no interior do aparelho de Estado. Ele tentou convencer as massas de que a revolução era indesejável, que ela seria nefasta aos próprios trabalhadores, que não lhes traria nada mais que o próprio Estado, dado que, depois de 1930, “as coisas mudaram” em favor dos trabalhadores.

Em suma, o encontro sistemático de Vargas com os “trabalhadores do Brasil”, a cada ano, no dia 1º de Maio, constituiu um momento histórico privilegiado de construção e de interpelação do “povo” e do “trabalhador brasileiro”: além disso, esses discursos constituem um dos elementos discursivos mais representativos da prática

discursiva “populista”: em vez de reforçar as fronteiras entre os operários e o Estado - sob a Primeira República- , o populismo mobilizou as contradições, recuperando as práticas próprias ao movimento operário e, em particular, o dia 1º de Maio. A legislação trabalhista que representa a bandeira dos dois governos varguistas constitui o ponto nodal destes discursos.

Assim, a cada 1º de Maio, a partir de 1938, Vargas convidou “os trabalhadores do Brasil” a escutá-lo, expressão esta que ficou na História brasileira como o signo do paternalismo e do populismo varguista.

O discurso de 1938 tem uma particularidade que nos interessa de perto: *é o único discurso de Primeiro de Maio que não contém o termo povo*. Neste primeiro encontro com os trabalhadores, Vargas se abstém de falar do povo ou dos povos, para falar somente dos operários, *em conexão implícita com o discurso anarquista*: retoma assim a herança discursiva no interior do movimento operário, a partir de suas origens anarquistas, para lhes dirigir a palavra. Ele vai então construir discursivamente o povo brasileiro, apoiando-se na questão operária para se distanciar dela progressivamente, contornando a queda do Estado Novo.

Em um primeiro momento segmentamos o conjunto dos textos constituindo os dois corpus “Primeiro de Maio” em Sequências Discursivas Autônomas (SDAs) - segundo critérios de segmentação apresentados em um artigo anterior elaborado por mim, com a participação de Jacqueline Léon -. O corpus I compreendeu 7 textos: os discursos de 1938 a 1944 (300 SDAs) e o corpus II compreendeu 4 textos: os discursos de 1951 a 1954 (328 SDAs), ambos apresentando um tamanho quase equivalente. Em um segundo momento, extraímos as SDAs contendo o termo “povo”, e construímos, assim, um novo texto, sobre o qual foi feita, efetivamente, nossa análise.

Como ponto de referência da análise discursiva tomamos sobretudo o fenômeno da *pressuposição*, através das *relativas*. A partir deste ponto de referência procuramos por em evidência as ambigüidades discursivas em torno do termo “povo”.

No início de sua trajetória discursiva de Primeiro de Maio, Vargas fará face “a um povo” que não é um povo (quer dizer, operários que vêm do exterior, anarquistas de origem europeia, ou trabalhadores

vindos do campo e que não formam uma classe operária). Isto contribui para explicar que no primeiro *corpus*, trata-se sobretudo de geopolítica, quer dizer, da confrontação do "Brasil" com outros povos. Vargas vai mesmo tentar construir uma teoria política dos povos (ele fará referência à Segunda Guerra Mundial e à soluções extremistas indesejáveis dos outros povos...).

Assim, o primeiro episódio varguista (*corpus I*) esboçou o quadro geral da noção política de "povo" designando propriedades, aspirações, garantias do "povo", sua relação com o Estado, com a Constituição, com a democracia, com os governos. Vargas construiu assim "a identidade do povo", e o campo no qual ele construirá a noção do "povo brasileiro", no segundo *corpus*.

No segundo *corpus*, ao contrário, tendo já construído "o povo", ele construirá *o povo brasileiro falando ao povo do povo* (brasileiro), principalmente quando retoma, em 1951, os fios de sua política e de seus discursos dirigidos às massas, interrompidos em 1944.

É a partir do quadro universal das civilizações e dos povos traçado no primeiro *corpus*, que vamos ver o povo brasileiro, posto em contiguidade com os outros povos. Vargas diz implicitamente: "e o povo brasileiro se toma como tal..." Ele opõe assim a Nação Brasileira às outras nações e faz sistematicamente a comparação do Brasil com o exterior. Ele designa assim "Nós" (o responsável do governo que se identifica com seu povo) face a todos os outros.

A partir do momento em que Brasil existe como "povo" ("povo-nação" e "povo-noção"), quer dizer, depois da queda do Estado Novo, o termo "povo" recebe um uso especializado para o Brasil: o resto são "nações", "sociedades", outros países.

Quando, no primeiro *corpus*, o chefe de Estado (Vargas) falava dos "outros povos", punha em jogo unidades geopolíticas e geohistóricas, e designava o povo brasileiro por identificação indireta. Ao contrário, quando, no segundo *corpus*, Vargas fala de "seu povo", ele se dirige às massas desse povo: quer dizer que ele fala ao mesmo tempo das relações de classes na sociedade brasileira; ele constrói assim uma *identificação* através da qual as massas falam para si mesmas (!) através dele.

A noção de "povo" e a construção "povo brasileiro" são, então, constantemente superpostas. Assim, a designação "povo brasileiro",

através do termo “povo”, constitui uma designação *par défaut* na ausência de outra especificação. Vargas diz: “o povo” (isto é, aquele do qual eu falo, a quem me dirijo...), que quer dizer evidentemente “o povo brasileiro”. O “povo” enquanto noção é freqüentemente subordinado à entidade “povo brasileiro”. Mas há casos em que a identificação do “povo brasileiro” com “o povo do qual eu falo”, “a quem eu me dirijo” se confunde com “o povo” enquanto noção política geral.

Essa designação sobredeterminada “do povo” não se fará então por adjetivos ou determinações (com algumas exceções apenas), mas por meio de marcas de enunciação: pronomes (eu, meu), dêiticos (aqui, agora), associados a termos diferentes do termo “povo”; constata-se, aliás, a co-presença de termos tais como *interesse*, *governo*, e de outros, ligados ao termo *democracia*, assim como se sintagmas nominais postos como noções: *a miséria do povo*, *os inimigos do povo*, *o suor do povo*, de expressões tais como: *conhecer o povo*, *falar em nome do povo*, *o povo e eu*, etc.

O “povo” (“povo-noção” e “povo-nação”) será então construído, através de relações de localização, como tendo interesses próprios, quer dizer, ao mesmo tempo colocado em uma relação de forças face aos *inimigos do povo* (e aos adversários de Vargas), noção que Vargas constrói ao mesmo tempo que a de “povo brasileiro”.

Em suma, Vargas faz da subclasse “povo brasileiro” uma classe (remetendo a uma noção) pelo viés da construção discursiva do “povo nação”. Os discursos de 1951/1952 trazem principalmente a marca (não explícita) do “povo brasileiro”; este termo será menos recorrente em 1953 e 1954, na medida em que, dentro do povo, os sindicatos e as organizações do povo predominarão.

Vemos assim, como a “liberdade” tanto buscada pelos anarquistas nas práticas operárias dos anos 1900 acabou por se voltar contra o próprio movimento operário: recusando toda mediação política e toda prática “reformista”, o movimento anarquista foi exposto à recuperação do Estado Novo, e mais tarde, do Estado populista, quando Vargas se torna “o bom pastor” (que os anarquistas tanto temiam no interior de suas organizações...), o “coronel urbano” das grandes cidades, o pai nutritivo (alimentar e pedagogo): em suma, o “supremo benfeitor da Nação e do Povo”.

Este povo, Vargas foi obrigado a construí-lo dirigindo-se ao "povo brasileiro" (especificação *par défaut*), pois as massas populares brasileiras, e em particular a classe operária brasileira, não era integralmente brasileira, por causa da imigração européia. Vargas se propôs então a organizar o povo em torno do governo, pois, se o povo (e em particular os "trabalhadores") ficasse organizado em si mesmo, sem se projetar numa garantia governamental, ele se perderia, ele sairia de si mesmo; ele se tornaria um mau povo, egoísta; ou seja, se o povo permanecesse fechado em si mesmo, sem ligação com um chefe governamental, sairia de si mesmo... em um vazio, como foi o caso do anarquismo. Mas se, ao contrário, o povo se projetasse na figura do chefe governamental, ele se reencontraria em si mesmo; ele seria verdadeiramente o povo que estava se organizando em si mesmo, quer dizer que ele seria o bom e generoso povo, aquele que Vargas constituiu através do populismo. O "se" do povo é então Vargas.

Nessa relação de forças no interior da qual o povo pode paradoxalmente se tornar um povo mau (que faz segundo a sua cabeça, que romperia a identificação de espelho com Vargas) está a questão da "autonomia dos trabalhadores" que, para Vargas, traz os germes de uma revolução; esta revolução só podendo significar a catástrofe de um abandono do povo a si mesmo, quer dizer, a seu princípio interno de dispersão.

A ameaça para Vargas era, então, a de um povo que organizasse contra ele (contra Vargas e contra si mesmo) sua própria anarquia. A idéia de que pudesse existir um outro organizador do povo brasileiro era evidentemente insuportável para Vargas; era mesmo seu impensável...

Quer dizer que Vargas representou os interesses dos trabalhadores (e do povo) no nível universal do Estado (assim os operários são representados no Estado); impondo-se como aquele que "tudo fez" pela classe operária, instalando uma legislação trabalhista onde o sindicato corporativo torna-se o único lugar permitido para a luta operária, Vargas defendeu-se contra o retorno do fantasma do anarquismo e impediu que "o comunismo" se tornasse o organizador principal da classe operária.

É assim que a questão da relação entre a auto-organização das massas, de um lado, e o papel do governo como representante dos interesses do povo, por outro lado, constituem o ponto crucial do populismo: o

anarquismo era o povo como dispersão irrepresentável; o reformismo é principalmente um governo, quer dizer, uma representação do povo; o realismo reformista consiste em dizer que o povo não pode ser seu herói todo o tempo; é preciso um momento em que ele repouse... em alguma coisa ou em alguém: . É isto que Vargas quer dizer com: *"Não podeis descansar antes de ter consolidado vossas conquistas"...*

O retorno de Vargas, segunda época, seria como a condensação sobre um mesmo personagem do efeito de repetição histórica que Marx analisa no 18 Brumário a propósito da relação entre Napoleão I e Napoleão III . O princípio da análise de Marx é sobre a decalagem entre a "tragédia" do Primeiro Império de Napoleão, o Grande, e sua repetição "cômica" nas formas do Terceiro Império. Repetição cômica porque não se trata de uma repetição, salvo para a ideologia das massas camponesas que plebiscitaram massivamente Napoleão III, identificando-o ao Napoleão de sua memória, aquele das guerras napoleônicas, que tinha tanto mobilizado (e consumido)... precisamente as massas camponesas. A astúcia da história para Marx é que, sob o significante Napoleão, a burguesia financeira inaugura sua nova época sob a proteção, em continuidade, da memória camponesa. Que repetição (cômica ou não) se dá assim de Vargas I a Vargas II ? Que contradição histórica trabalha entre os dois Vargas? E que contradição trabalhará mais tarde entre Vargas e Goulart (metaforicamente o "filho de Vargas" e, na realidade seu "afilhado") ? Vargas tinha realizado um fantasma de identidade: como não crer nisso ?

Quanto a Goulart, ele representava a ameaça do retorno do último Vargas (para a burguesia ligada ao capital estrangeiro e para a grande propriedade latifundiária) na medida em que, sendo "filho de Vargas", as diferentes organizações de esquerda identificaram o governo Goulart a uma continuação da política varguista em direção às massas, interrompida em 1954, e suscetível de desembocar eventualmente em "reformas de base".

Finalmente, no caso extremo, poderíamos dizer que o populismo se estruturou em torno de uma "relação imaginária" entre o Estado e as massas populares (em particular "os trabalhadores", quer dizer, antes de tudo, "os operários"); Vargas I (o "pai nutriente"), Vargas II (o pai pedagogo); Kubitschek ("o irmão dos trabalhadores") e Goulart (o "filho de Vargas", e por conseguinte Vargas III).

## ***NOTAS***

<sup>13</sup> Texto compilado a partir do livro da autora, LIMA, Maria Emilia A.T., **A Construção Discursiva do Povo Brasileiro - Os Discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas**. São Paulo: UNICAMP, 1990.